

O PATRIMÔNIO EM UMA PERSPECTIVA CRÍTICA: O CASO DO QUILOMBO DOS PALMARES

Pedro Paulo A. Funari¹
Aline Vieira de Carvalho²

Resumo. Este artigo aborda a questão do patrimônio cultural tomando como referência o caso de Palmares. Para tanto, inicialmente ocupa-se das origens etimológicas do conceito patrimônio e sua historicidade, e num segundo momento, propõe uma análise do Quilombo dos Palmares de modo a destacar a diversidade cultural aí presente, passível de ser apreendida a partir da pesquisa arqueológica.

Palavras-chave: patrimônio; arqueologia; diversidade cultural.

HERITAGE FROM A CRITICAL PERSPECTIVE: THE CASE OF THE PALMARES QUILOMBO

Abstract. Cultural heritage with special reference to the Palmares Quilombo is discussed. The etymological origins of Heritage and its historicity are investigated. An analysis of the Palmares Quilombo is given, highlighting the cultural diversity that existed in the place and which may be investigated through archeological research.

Key words: heritage; archeology; cultural diversity.

O PATRIMÔNIO EM DISCUSSÃO

As discussões sobre o patrimônio não podem ser dissociadas de sua historicidade, dos contextos históricos em que se tratou das questões tanto teóricas como práticas referentes aos usos do passado, à sua

¹ Professor Titular da Universidade Estadual de Campinas, Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) e Departamento de História, UNICAMP.

² Licenciada e Mestre em História, doutoranda em Ambiente e Sociedade, sempre pela Universidade Estadual de Campinas.

construção social (Bond & Gilliam 1994). A própria noção de patrimônio é histórica, como lembra Dominique Audreie (1997: 15):

On est passe d'un patrimoine familial, transmis de génération en génération, à un patrimoine collectif, témoin de l'histoire de la nation³.

Como se fez essa passagem do patrimônio privado e aristocrático ao patrimônio público, subjetivo, da nação? Como chegamos ao patrimônio universal, que transcende, por definição, o quadro da nação? Convém, brevemente, retomarmos o próprio sentido das palavras que utilizamos para nos referirmos a isso. Assim, as línguas românicas usam termos derivadas do latim *patrimonium* para se referir à “propriedade herdada do pai ou dos antepassados, uma herança”. Os alemães usam *Denkmalpflege*, “o cuidado dos monumentos, daquilo que nos faz pensar”, enquanto o inglês adotou *heritage*, na origem restrito “àquilo que foi ou pode ser herdado”, mas que, pelo mesmo processo de generalização que afetou as línguas românicas e seu uso dos derivados de *patrimonium*, também passou a ser usado como uma referência aos monumentos herdados das gerações anteriores. Em todas estas expressões, há sempre uma referência à lembrança, *moneo* (em latim, “levar a pensar”, presente tanto em *patrimonium* como em *monumentum*), *Denkmal* (em alemão, *denken* significa “pensar”) e aos antepassados, implícitos na “herança” (Funari 2001). Ao lado destes termos subjetivos e afetivos, que ligam as pessoas aos seus reais ou supostos precursores, há, também, uma definição mais econômica e jurídica, “propriedade cultural”, comum à línguas românicas (cf. em italiano, *beni culturali*), o que implica um liame menos pessoal entre o monumento e a sociedade, de tal forma que pode ser considerada uma “propriedade”. Como a própria definição de “propriedade” é política, “a propriedade cultural é sempre uma questão política, não teórica”, ressaltava Carandini (1979: 234).

O patrimônio como bem privado a ser transmitido por herança esteve na base da criação do patrimônio público da nação e resulta da implantação do estado nacional, em fins do século XVIII e no decorrer do século XIX. A nação surgiu como um projeto político, baseado na invenção de tradições visando à criação de uma identidade compartilhada por todos os cidadãos. Os reinos de origem medieval eram formados por súditos que falavam diversas línguas, pertenciam a comunidades locais e

³ “Passou-se de um patrimônio familiar, transmitido de geração em geração, a um patrimônio coletivo, testemunha da História da nação”.

só eram iguais enquanto servidores do rei. O novo Estado Nacional, ao amputar o Estado de sua cabeça, teve como primeira tarefa criar os novos cidadãos, um único povo, com uma única cultura, língua e território. Esse processo foi lento e continua em curso e é ele que justifica a noção abstrata de 'patrimônio nacional'. Quais os pressupostos epistemológicos desse projeto? O compartilhamento de valores, a homogeneidade social e o consenso fundam a ideologia nacionalista e viriam a encontrar fundamentação no âmbito das Ciências Sociais.

De fato, a Sociologia viria a propor modelos de funcionamento da sociedade como um todo homogêneo, sem lugar para o conflito. Ou melhor, o conflito existe como anomia, exceção que confirma a regra e comportamento desviante. Durkheim⁴ e Weber serão os dois pilares do pensamento social sistêmico, formuladores de modelos duradouros sobre a sociedade como estável conjunto de relações, com grande influência nos estudos sobre o patrimônio durante o século XX. Os conflitos sociais, sinais de anomalia, refletem o *metus plebis* (medo do povo)⁵, cujas origens remontam ao início da industrialização, mas que adquirem contornos novos com a sociologia normativa. Se para os positivistas a História era um suceder-se de lutas e de mudanças, os modelos sociológicos viriam a enfatizar a reprodução das relações sociais de geração a geração, as permanências subterrâneas, a longa duração, a estabilidade.

⁴ Cf. Cf. JOHNSON, Terry; DANDEKER, Christopher; ASHWORTH, Clive. *The structure of social theory*. Londres: McMillan, 1984. p. 9-12 e 147-183.

⁵ Medo da plebe, em tradução literal. "Apenas a direção ordenada das massas por políticos responsáveis pode pôr fim ao irregular domínio da rua e o predomínio dos demagogos do momento". WEBER, Max. *Wahrsch und Demokratie in Deutschland, Gesammelte politische Schriften*. Munique: Dreimasken, 1921. p. 322. Note-se o uso de "ordem" e "regra", os dois termos da equação *law and order*. "In tutti i Paesi occidentali, 'legge e ordine' è un'espressione che fotografa la mentalità e il cuore (o almeno un aspetto decisivo) della destra politica. Non significa necessariamente una prospettiva forcaiola. No, vuol dire semplicemente che *le regole* – quelle dei codici come quelle non scritte che riguardano l'ambito informale della civile convivenza – *devono essere rispettate in modo assoluto* e che perciò con coloro che no le rispettano non si scherza, non deve esserci, non ci sarà, spazio per indulgenze di alcun tipo (a New York, come si ricorderà, è stato questo il programma del sindaco Giuliani)" ("em todos os países ocidentais, lei e ordem é uma expressão que representa a mentalidade e o centro (ou ao menos um aspecto decisivo) da direita política. Não significa, necessariamente, uma perspectiva estreita. Não, quer dizer simplesmente que as regras – dos códigos mas também as não escritas que se referem ao ambiente informal da convivência civil – devem ser respeitadas de forma absoluta e que, por isso, com aqueles que não as respeitam não se brinca, não deve haver, não haverá, espaço para indulgência de qualquer tipo". GALLI DELLA LOGGIA, Ernesto, Le insegne di Babilônia. *Corriere della Sera*, p. 1, 30 out. 2001. Grifo nosso.

Neste contexto, o patrimônio é construído como a sensação de compartilhar valores, de pertencimento, em uma interpretação que minimiza a diversidade de interesses sociais e, ainda mais, os conflitos e contradições (e.g. Cohen 1982; Meneses 1987). A sociedade é vista como um conjunto harmônico de pessoas, uma *koinonia*, no sentido já proposto por Aristóteles (*Política* 1252^a7), a viver segundo normas sociais compartilhadas e aceitas. Neste modelo normativo, a dissensão, a variedade e a diferença aparecem como desvios da norma, exceções que confirmariam a regra. Essa concepção de sociedade cria o conceito de *identidade* partilhada, de características iguais (de onde se origina a própria palavra *identidade*, de *idem*, “o mesmo”, em latim), como se todos, portanto, pertencêssemos à confraria. Este o conceito normativo de pertença, *belonging*, tão caro aos modelos de sociedade sem conflitos, sem diversidade (Funari 2003).

As críticas a essas concepções normativas não tardaram a afirmar-se, contudo. A sociedade, considerada como um conglomerado de grupos sociais, com características e interesses variados, caracteriza-se pelos conflitos. Estudiosos da sociedade, na esteira de Marx, insistiram na aplicabilidade do uso do conceito de classe para estudar as sociedades humanas, bem como na importância da bipolaridade⁶ entre apropriadores e apropriados, elite e povo, estes tão magnificamente chamados por Walter Benjamin de *geknechteten*, “aqueles que servem, escravos”, termo usado para designar *todos* os explorados do passado, escravos, servos, operários⁷. De fato, à diferença dos modelos normativos de cultura⁸, que buscam a continuidade das relações sociais, a submissão dos grupos e dos indivíduos às regras sociais, os Marxismos ressaltam que os interesses e os conflitos são características inerentes à vida em sociedade. Mesmo estudiosos das sociedades arcaicas, como Randall McGuire e Dean J. Saitta, têm demonstrado como o conceito de classe é apropriado para o estudo de *todos* os tipos de sociedades, pois mesmo grupos pré-históricos, mal-definidos como “simples”⁹, podem ser considerados como igualitários e estratificados a um só tempo e, portanto, com relações de

⁶ Carlo Ginsburg, Na Interview, *Radical History Review*, 35, 1986, p. 108: bipartition between popular and learned culture is more useful than a holistic model.

⁷ Walter Benjamin, Über den Begriff der Geschichte, em *Gesammelte Schriften*, vol.1, tomo 2, Frankfurt, Suhrkamp, 1974, tese xii; cf. Pedro Paulo A Funari, Considerações em torno das “Teses sobre a Filosofia da História”, de Walter Benjamin, *Crítica Marxista*, 1,3, 1996, pp. 45-53.

⁸ Sobre o modelo normativo de cultura, uma crítica consistente encontra-se em Siân Jones, *The Archaeology of Ethnicity, Constructing identities in the past and present*, Londres, Routledge, 1997.

⁹ Randall McGuire, Why complexity is too simple, em *Debating Complexity*, organizado por P.C. Dawson e D.T. Hanna, Calgary, 1996, pp. 1-7.

classe¹⁰. Além disso, os conflitos de classe atingiam também os dominantes, como destacado pela historiografia crítica (Funari 1996).

Nas últimas décadas as críticas aos modelos normativos generalizaram-se, em particular no contexto do pós-modernismo, com sua valorização da diversidade, e passaram a considerar importantes não apenas os conflitos econômicos, mas muitos outros, como os culturais, sociais, políticos, de gênero, de idade e muito mais. Diversidade implica identidades, no plural, fluidas e em mutação, pertencimentos múltiplos, parciais e contraditórios, conflitos e interesses em confronto.

Como isto se reflete no patrimônio? Em termos internacionais, a Unesco tem, há anos, produzido literatura e propugnado a diversidade cultural como objetivo central, em ações que envolvam a participação das comunidades, em sua diversidade, na gestão pública dos bens culturais. A Unesco reconhece que, talvez, nada defina melhor o momento em que vivemos do que a luta pela preservação da diversidade, cultural, social, natural, ambiental. Os últimos séculos testemunharam o avanço de uma crescente uniformização humana e natural desde, ao menos, o ocaso da Idade Média e a expansão vertiginosa dos europeus pelo globo. Bastará lembrar o caso das línguas ameríndias, numerosíssimas, reduzidas a uma fração ínfima, e a destruição de inúmeros povos americanos, de incontáveis espécies de plantas e animais. Esse processo intensificou-se nos últimos anos, mas as raízes da uniformização são muito mais antigas e remontam ao domínio do capital pelo mundo¹¹.

A globalização é, portanto, muito mais antiga e persistente do que muitas vezes se imagina, e os seus críticos também muito mais precoces. O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, que esteve, ainda muito jovem,

¹⁰ Randall McGuire e Dean J. Saitta, Although they have petty captains, they obey them badly: the dialectics of prehispanic Western Pueblo social organization, *American Antiquity*, 1996, 61, 2, pp. 197-216; Dean Saitta, Agency, class, and archaeological interpretation, *Journal of Anthropological Archaeology*, 13, 1994, pp. 201-227; Dean J. Saitta, Power, labor, and the dynamics of change in Chacoan political economy, *American Antiquity*, 62,1, 1997, pp. 7-26.

¹¹ Cf. Karl Marx, The discovery of America, the rounding of the Cape, opened up fresh ground for the rising bourgeoisie. The East-Indian and Chinese markets, the colonization of America, trade with the colonies, the increase in the means of exchange and in commodities, generally, gave to commerce, to navigation, to industry, an impulse never before known, and thereby, to the revolutionary element in the tottering feudal society, a rapid development (“descoberta da América, a passagem pelo Cabo da Boa Esperança, abriu espaço para a burguesia ascendente. Os mercados da Índia Oriental e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, o aumento dos meios de troca e das mercadorias, geralmente, deram um impulso nunca visto antes ao comércio, navegação, indústria e, desta foram, um rápido desenvolvimento ao elemento revolucionário no interior da sociedade feudal; Karl Marx, *On society and social change*, Chicago, Chicago University Press, 1973, p. 74.

na década de 1930, entre nós, no Brasil, a estudar nossos indígenas, logo notou a importância da preservação da diversidade cultural:

On ne peut se dissimuler qu'en dépit de son urgente nécessité pratique et des fins morales élevées qu'elle s'assigne, la lutte contre toutes les formes de discriminations participe de ce même mouvement qui entraîne l'humanité vers une civilisation mondiale, destructrice de ces vieux particularismes auxquels revient l'honneur d'avoir créé les valeurs esthétiques et spirituelles qui donnent son prix à la vie, et que nous recueillons précieusement dans les bibliothèques et dans les musées parce que nous nous sentons de moins en moins capables de les produire¹².
Claude Lévi-Strauss, *Le regard éloigné*¹³

No Brasil, o cuidado com o patrimônio seguiu trajetória própria, no contexto de uma sociedade patriarcal e hierarquizada (cf. Funari 1995, com bibliografia). As preocupações com patrimônio, entre nós, deram-se no contexto oligárquico da República Velha e se concretizaram no período nacionalista autoritário, na década de 1930. A luta pela ampliação e diversificação do patrimônio, de maneira a incluir os vestígios indígenas, levada a cabo por Paulo Duarte e bem-sucedida com a lei de 1961, foi bastante prejudicada pela ditadura militar e seu fortalecimento dos modelos normativos, homogeneizadores e de “pertença” forçada à “pátria” (Funari 1994).

O patrimônio fora deixado para “escritores, arquitetos e artistas, os verdadeiros descobridores do patrimônio cultural no Brasil, não historiadores ou arqueólogos” (Munari 1995). A preservação dos edifícios de igrejas coloniais poderia ser considerada, no Brasil e no resto da América Latina (García 1995: 42), como o mais antigo manejo patrimonial. É interessante notar que a importância da Igreja Católica na colonização ibérica do Novo Mundo explica a escolha estratégica de se preservarem esses edifícios, sejam templos construídos sobre os restos de estruturas indígenas, sejam as igrejas nas colinas que dominavam a paisagem, como foi o caso na América Portuguesa. Contudo, nem mesmo

¹² “Não se pode dissimular que, a despeito de sua urgente necessidade prática e dos objetivos morais elevados que ela se impõe, a luta contra todas as formas de discriminação participa desse mesmo movimento que leva a humanidade em direção a uma civilização mundial, destruidora dos velhos particularismos aos quais recai a honra de haver criado os valores estéticos e espirituais que dão seu valor à vida e que nós recolhemos, preciosamente, nas bibliotecas e museus, pois nos sentimos cada vez menos capazes de produzi-lo”.

¹³ Paris, Plon, 1983, p. 47.

as igrejas foram bem preservadas no Brasil, com importantes exceções, e isto pode ser explicado pelo anseio das elites, nos últimos cem anos, de “progresso”, não por acaso um dos dois termos na bandeira nacional surgida da Proclamação da República, em 1889, “ordem e progresso”. Desde então, o país tem buscado a modernidade e qualquer edifício moderno é considerado melhor do que um antigo. Houve muitas razões para mudar-se a capital do Rio de Janeiro para uma cidade criada *ex novo*, Brasília, em 1961, mas, quaisquer que tenham sido os motivos econômicos, sociais ou geopolíticos, apenas foi possível porque havia um estado d’alma favorável à modernidade. A melhor imagem da sociedade brasileira não deveria ser a dos edifícios históricos do Rio de Janeiro, mas uma cidade moderníssima, e mesmo os mais humildes sertanejos deveriam preterir seu patrimônio, em benefício de uma cidade sem passado.

Talvez o exemplo mais claro dessa luta contra a lembrança materializada seja São Paulo, essa megalópole cujo crescimento não encontra paralelos. Ainda que fundada em 1554, continuou a ser uma cidadezinha até fins do século XIX, até tornar-se, nestes últimos cem anos, a maior cidade do Hemisfério Sul. Nesse processo, restos antigos sofreram constantes degradações ideológicas e físicas, sendo construídos novos edifícios para criar uma cidade completamente nova. Os edifícios históricos, se assim se pode falar, são a Catedral e o Parque Modernista do Ibirapuera, planejado por Niemeyer, ambos inaugurados em 1954 para comemorar os quatrocentos anos da cidade. Os principais prédios públicos, como o Palácio dos Bandeirantes, sede do governo do Estado de São Paulo, ou o Palácio Nove de Julho, que abriga a Assembléia Legislativa do Estado, são, também, muito recentes; e a mais importante avenida, a Paulista, fundada em fins do século XIX como um bastião de mansões aristocráticas, foi totalmente remodelada na década de 1970. Mesmo em cidades coloniais, algumas delas bem conhecidas no exterior, como Ouro Preto, declarada Patrimônio da Humanidade, a modernidade está sempre presente, por desejo de seus habitantes. Guiomar de Grammont (1998: 3) descreve esta situação com palavras dignas de nota:

A distância entre as autoridades e o povo é a mesma daquela entre a sociedade civil e o passado, devido à falta de informação, ainda que os habitantes das cidades coloniais dependam do turismo para sua própria sobrevivência. Quem são os maiores inimigos da preservação dessas cidades coloniais? Em primeiro lugar, a própria administração municipal, não afetada pelos problemas sociais e ignorante das

questões culturais em geral mas, às vezes, os moradores também, inconscientes da importância dos monumentos, contribuem para a deformação do quadro urbano. Novas janelas, antenas parabólicas, garagens, telhados e casas inteiras bastam para transformar uma cidade colonial em uma cidade moderna, uma mera sombra de uma antiga cidade colonial, como é o caso de tantas delas.

É fácil entender que as pessoas estejam interessadas em ter acesso à infraestrutura moderna, mas, como notam os europeus quando visitam as cidades coloniais, se os edifícios medievais podem ser completamente reaparelhados, sem danificar os prédios, não haveria por que não fazê-lo no Brasil (Funari e Pinsky 2002). Houve uma “política de patrimônio que preservou a casa-grande, as igrejas barrocas, os fortes militares, as câmaras e cadeias como as referências para a construção de nossa identidade histórica e cultural e que relegou ao esquecimento as senzalas, as favelas e os bairros operários” (Fernandes 1993: 275).

Para o povo, há, pois, um sentimento de alienação, como se sua própria cultura não fosse, de modo algum, relevante ou digna de atenção. Tradicionalmente, havia dois tipos de casa no Brasil: as moradas de dois ou mais andares, chamados de “sobrados”, onde vivia a elite, e todas as outras formas de habitação, como as “casas” e “casebres”, “mocambos” (derivado do quimbundo, *mukambu*, “fileira”), “senzalas” (locais da escravaria), “favelas” (tugúrios) (Reis Filho 1978: 28). Como resultado de uma sociedade baseada na escravidão, desde o início houve sempre dois grupos de pessoas no país: os poderosos, com sua cultura material esplendorosa, cuja memória e monumentos são dignos de reverência e preservação, e os vestígios esqualidos dos subalternos, dignos de desdém e desprezo. Como enfatizou o grande sociólogo brasileiro Octávio Ianni (1988: 83), o que se considera patrimônio é a arquitetura, a música, os quadros, a pintura e tudo o mais associado às famílias aristocráticas e à camada superior em geral. A Catedral, freqüentada pela “gente de bem”, deve ser preservada, enquanto a Igreja de São Benedito, dos “pretos da terra”, não é protegida e é, com freqüência, abandonada. Os monumentos considerados como patrimônio pelas instituições oficiais, de acordo com Eunice Durham (1984: 33), são aqueles relacionados à “história das classes dominantes, os monumentos preservados são aqueles associados aos feitos e à produção cultural dessas classes dominantes. A História dos dominados é raramente preservada”

PALMARES E A DIVERSIDADE PATRIMONIAL

O Quilombo de Palmares é reconhecido por sua historiografia como o maior e mais duradouro quilombo do Brasil (Reis e Gomes 2000:15). Surgido no século XVII, em território que atualmente pertence ao Estado de Alagoas, o assentamento palmarino permaneceu silenciado por mais de 200 anos. O silêncio se dava, entre outros motivos, pelo temor que as elites coloniais sentiam da força simbólica de Palmares. Um levante escravo já havia se provado perigoso aos grupos economicamente dominantes na colônia após a eclosão de rebeliões no Haiti, em 1794. O Haitianismo levou as autoridades coloniais do Brasil a se dedicarem ao desenvolvimento de medidas de segurança que evitassem o surgimento e a consolidação de novos Palmares (Lara: 2000:81).

O silêncio foi rompido no início do século XX, quando novas categorias sociais, ainda que estanques, passaram a ser celebradas, como os bandeirantes ou os negros. O bibliotecário e arquivista Ernesto Ennes encabeçou, com Arthur Ramos e Edson Carneiro, uma valorização dos estudos do assentamento palmarino. O autor utilizou-se das fontes oficiais sobre Palmares para comprovar o heroísmo bandeirante paulista diante da barbárie quilombola. Ligado ao Museu Paulista (conhecido popularmente como Museu do Ipiranga) – seu livro *As Guerras nos Palmares* foi dedicado a Afonso E. Taunay, diretor da instituição – e às elites do Sudeste brasileiro. Ennes organizou inúmeros documentos em uma narrativa épica com a intenção declarada de reconstruir “a verdadeira história de Palmares” e valorizar a figura de Domingos Jorge Velho, o bandeirante paulista que comandou a última expedição de ataque a Palmares e que representava o “espírito” dos valentes paulistas.

A resposta a Ennes surgiu na voz do antropólogo Arthur Ramos e do historiador Edison Carneiro. Ambos os pesquisadores defenderam Palmares como um exemplo duradouro e, por isso, “mais expressivo” da persistência cultural africana. Em seus estudos, Ramos e Carneiro afirmaram que os negros escravos fugiam para o quilombo para preservar a cultura que traziam da África, mantendo-a livre das ameaças culturais brancas (como a religião católica, as roupas, comidas, entre outras). Assim, o quilombo seria uma alternativa para manter a identidade negra distante das deformações representadas pela cultura branca.

Os primeiros enfoques das investigações sobre Palmares foram amplamente combatidos pelos estudiosos da década de 1960, em especial, por Clóvis Moura e Décio Freitas. Os autores discutem a rebeldia dos escravos e a existência do quilombo palmarino embasando-se em teorias

marxistas. Dentro de um contexto analítico de luta de classes, Moura e Freitas defenderam o Quilombo de Palmares como inerente à escravidão: o quilombo só existiu porque havia exploração de classes. Por outro lado, em uma relação de ambivalência, o surgimento de quilombos é percebido como responsável pela dinamização e, principalmente, pelo desgaste do sistema escravista. As revoltas escravas, entre elas os quilombos, passam, então, a ser consideradas como caminhos para o negro recuperar a dignidade humana (perdida na escravização). Zumbi torna-se o grande herói dessa história.

No mesmo período, e em um caminho semelhante ao trilhado por Moura e Freitas, Abdias do Nascimento glorificou Palmares como um exemplo heróico da força negra no Novo Mundo. Intelectual afro-brasileiro – como ele próprio se definia –, pregava o pan-africanismo imediato (a união de todos os “filhos da África” - descendentes de africanos nascidos em outros continentes), cujo modelo inspirador deveria ser o Quilombo de Palmares. Com um texto narrativo e caloroso, justificado pela sua experiência de ser negro no Brasil, Nascimento afirma a existência de uma exclusão social causada pela cor, atacando de forma direta o mito da democracia racial.

Os seis autores expostos almejavam resgatar, “através da pesquisa empírica e exaustiva”, o Quilombo de Palmares como ele “realmente” teria sido, (Azevedo 2000: 124). Apresentam, no entanto, um quilombo repleto de expectativas, dúvidas e respostas que são próprias do tempo vivenciado por cada pesquisador. O quilombo colonial deixa de representar apenas um acontecimento histórico para simbolizar lutas do nosso presente; de símbolo da “fraqueza e inferioridade negra” passa a ocupar o patamar de exemplo “concreto da riqueza e força africana”.

Após a década de 1980, expande-se dentro das academias brasileiras uma variedade temática acerca de Palmares. As investigações descentram-se dos campos econômicos e passam a incorporar os estudos das famílias, mulheres, alimentações, sexualidade de Zumbi, entre outras possibilidades. Em 1992, somam-se às várias abordagens acerca do Quilombo de Palmares os trabalhos arqueológicos sobre o assentamento palmarino. A leitura dos artefatos, ou seja, dos objetos produzidos ou modificados pelas ações humanas (Funari 2003:13), pertencentes ao cotidiano quilombola, junto à leitura das fontes escritas, sustenta outras visões sobre o quilombo. O trabalho arqueológico realizado na Serra da Barriga, financiado por instituições nacionais e internacionais, foi idealizado pelos pesquisadores Charles Orser Jr., Michel Rowlands, Pedro Paulo A. Funari. Cada um deles, apesar de investigar os mesmos vestígios

materiais do assentamento quilombola, produziu um Quilombo de Palmares bastante diferenciado.

O arqueólogo americano Charles Orser Jr (1996:41-53) afirma que o quilombo palmarino não formava uma unidade isolada para o combate de uma cultura pura, pois se inseria em uma complexa teia de relações diretas ou indiretas tanto com os colonos como com europeus. Os colonos, compartilhando de uma identidade mais próxima à dos palmarinos do que à dos latifundiários ou outras elites locais, teriam mantido relações estreitas com Palmares, não apenas comerciais, mas também na esfera particular da vida cotidiana.

A convivência entre as pessoas também é valorizada pelo arqueólogo brasileiro Pedro Paulo Abreu Funari (1999:37-66), que afirma o quilombo como local onde conviviam pessoas de diversas origens étnicas e culturais. Esse caráter multiétnico ter-se-ia originado da situação histórica e estratégica do Quilombo. Os palmarinos estabeleceram-se em uma região onde havia nativos, moradores das vilas coloniais, fazendeiros, holandeses e outros grupos, muitas vezes marginalizados. Os quilombolas, deste modo, não estavam isolados; sobreviveram não apenas em confronto com esses grupos, mas necessariamente, em interação. Esses contatos transformaram Palmares não em um resumo modificado ou cópia fidedigna de experiências anteriores (exclusivamente africanas); ao contrário, consolidaram o quilombo como uma experiência singular.

O não-isolamento de Palmares também é advogado pelo arqueólogo britânico Michael Rowlands (1999: 330-340), que defende Palmares como uma estrutura plural, onde haveria, por exemplo, diferentes *status* sociais, que se refletiriam em variadas distribuições espaciais entre os quilombolas. Nessa perspectiva, o quilombo se configuraria como uma sociedade muito próxima à existente no mundo colonial da época. Haveria distinções entre a elite palmarina e os outros habitantes dos quilombos; em outras palavras, distinções de classe, e diferenciações determinadas por gênero e etnia.

Outras escavações foram realizadas na Serra da Barriga no ano de 1996. O arqueólogo norte-americano Scott Joseph Allen (1998 141:177) afirmou Palmares como detentor de uma dinâmica bem-específica: os quilombolas teriam criado, em um ambiente natural e social desconhecido, uma nova cultura e identidade. Suas roupas, nomes, utensílios, dentre outras expressões culturais (materiais ou não), eram compostos a partir da junção de elementos tradicionais (na maioria africanos) e novos. Essas articulações tinham como propósito a diferenciação entre os palmarinos e os diversos grupos pertencentes à

sociedade escravocrata (holandeses, portugueses e colonos brasileiros). A identidade palmarina teria se consolidado através do contato entre muitas culturas, e originado, a partir de então, uma identidade própria, específica do quilombo.

A pluralidade de identidades e os contatos entre os seres humanos, dentro e fora do Quilombo de Palmares, são divulgados não apenas pelos discursos arqueológicos, nascidos na década de 1990, mas também por uma significativa parcela da historiografia sobre a escravidão. Essa postura é bastante interessante em nossa atualidade, já que com a divulgação da possibilidade de múltiplas identidades de Palmares, ou mesmo de outros objetos de pesquisa que não o quilombo, abre-se espaço para a liberdade: os leitores dos trabalhos arqueológicos podem construir suas próprias identidades sem se sentir cerceados ou excluídos.

O exemplo de Palmares demonstra como uma política patrimonial pluralista, que valorize a diversidade, pode produzir resultados que incluam segmentos sociais. O patrimônio de um grupo rebelde pode permitir, ainda, uma discussão social mais ampla sobre o sentido da preservação dos bens materiais do passado. Não se trata de preservar apenas o respeito à norma, aos valores dominantes, às dominações sociais, mas também à resistência, à diversidade. As diversas interpretações da cultura material do quilombo devem ser explicitadas nas exposições, seja em museus, seja em livros ou outros meios de divulgação. Uma política de patrimônio pluralista começa e termina com a diversidade, que inclui e liberta.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, em especial, à Sílvia Helena Zanirato o convite de participarmos do volume e aos colegas Siân Jones, Randal McGuire, Dean J. Saitta, Peter Ucko. Devemos mencionar, ainda, o apoio institucional do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Estadual de Campinas (NEE/Unicamp), do CNPq, da FAPESP, da CAPES. A responsabilidade pelas idéias restringe-se aos autores.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, Scott Joseph, “A ‘Cultura Mosaic’ at Palmares? Grappling with the Historical Archaeology of a Seventeenth-century Brazilian Quilombo” in: *Cultura Material e Arqueologia Histórica*, Pedro Paulo A Funari (org.), Unicamp (IFCH), Campinas, 1998.
- AUDRERIE, D. 1997 *La notion et la protection du patrimoine*. Paris, Presses Universitaires de France.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho, “A Nova História Intelectual de Dominick La Capra”, in: RAGO, Margareth e Renato Aloizio de Oliveira Gimenes (orgs), *Narrar o passado, repensar a História*, Editora do IFCH - Unicamp, Campinas, 2000..
- BENJAMIN, W. Über den Begriff der Geschichte, em *Gesammelte Schriften*, vol.1, tomo 2, Frankfurt, Suhrkamp, 1974
- BOND, G. & Gilliam, A. (ed.) 1994 *Social Construction of the Past, Representation as power*. Londres, Routledge.
- CARANDINI, A. 1979. *Archeologia e Cultura Materiale. Dai ‘lavori senza gloria’ nell’antichità a una politica dei beni culturali*. Bari: De Donato.
- CARNEIRO, Edson, *O Quilombo dos Palmares*, Editora Civilização Brasileira S. A, Rio de Janeiro, 1966.
- COHEN, A. (ed.) 1982 *Belonging. Identity and social organization in British Culture*. Manchester, University Press.
- DURHAM, E. 1984. Texto II. In *Produzindo o Passado, Estratégias de construção do patrimônio cultural*, A.A. Arantes (Ed.), 23-58. São Paulo: Brasiliense.
- ENNES, Ernesto, *As Guerras nos Palmares – Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra”*, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938.
- FERNANDES, J. R. O. 1993. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de História. *Revista Brasileira de História* 13 (25/26), 265-276.
- FREITAS, Décio, *Palmares – A Guerra dos Escravos*, Graal, Rio de Janeiro, 1978.
- FUNARI, P.P.A. & Pinsky, J. (orgs) 2002 *Turismo e Patrimônio Cultural*. 2a. ed. São Paulo, Ed. Contexto.
- FUNARI, P.P.A. 1994 Paulo Duarte e o Instituto de Pré-História, *Idéias*, Campinas, 1,1, 155-179.

- FUNARI, P.P.A. 1995 Mixed Features of Archaeological Theory in Brazil, in Peter J. Ucko (ed), *Theory in Archaeology, a World perspective*, Londres, Routledge, 236-250.
- FUNARI, P.P.A. 1996 Considerações em torno das “Teses sobre a Filosofia da História”, de Walter Benjamin, *Crítica Marxista*, 1,3, 1996, pp. 45-53.
- FUNARI, P.P.A. 2001 Os desafios da preservação e destruição do patrimônio cultural no Brasil, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 41, ½, 23-32.
- FUNARI, P.P.A. 2003 Cultura material e patrimônio, *Primeira Versão*, 120, 3-11.
- FUNARI, P.P.A., Carvalho, A. *Palmares, ontem e hoje*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- FUNARI, Pedro Paulo A., “A Arqueologia e a Cultura Africana nas Américas”, in: *Estudos Ibero – Americanos*, PUCRS, v. XVII, n.2, p. 61-71, dezembro de 1999.
- FUNARI, Pedro Paulo, *Arqueologia*, Contexto, São Paulo, 2003.
- GALLI Della Loggia, E. 2001 Le insegne di Babilônia. *Corriere della Sera*, p. 1, 30 out.
- GARCIA, J. 1995. Arqueología colonial en el área maya. Aspectos generales y modelos de estudio. *Revista Española de Antropología Americana* 25, 41-69.
- GIDDENS, A. 1987 *Social Theory and Modern Sociology*, Oxford, Polity Press.
- GINSBURG, C. 1986 Na Interview, *Radical History Review*, 35, 1986.
- GOMES, Flávio dos Santos, *História de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro - século XIX*, Mestrado - Unicamp, Campinas, 1993.
- GRAMMONT, G. 1998. Reflexões à beira de uma cratera. *Estado de Minas, Pensar*, 10 de janeiro, 3-4.
- IANNI, O. 1988. *Uma Cidade Antiga*. Campinas: Editora da Unicamp.
- JOHNSON, T.; Dandeker, C.; Ashworth, C. 1984 *The structure of social theory*. Londres: McMillan.
- JONES, S. 1997 *The Archaeology of Ethnicity, Constructing identities in the past and present*, Londres, Routledge, 1997
- LEVI-STRAUSS, C. *Le regard éloigné*. Paris, Plon, 1983.

- MARX, K. 1973 *On society and social change*, Chicago, Chicago University Press, 1973.
- MCGUIRE R. & SAIITTA, D.J. 1996 Although they have petty captains, they obey them badly: the dialectics of prehispanic Western Pueblo social organization, *American Antiquity*, 61, 2, pp. 197-216.
- MCGUIRE, R. 1996 Why complexity is too simple, em *Debating Complexity*, organizado por P.C. Dawson e D.T. Hanna, Calgary, pp. 1-7.
- MENESES, U.T.B. 1987 Identidade cultural e Arqueologia, *Cultura Brasileira, Temas e situações*, A. Bosi (org.), São Paulo, Ática, 182-190.
- MOURA, Clóvis, *Rebeliões da Senzala – Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*, Ed. Zumbi, São Paulo, 1959.
- MUNARI, L.A.S. 1995. Surpresas de ‘Óculum’. *Folha de São Paulo, Jornal de Resenhas*, 4 de setembro, p.2
- NASCIMENTO, Abdias do, *O Quilombismo – documentos de uma militância pan-africanista*, Editora Vozes, Petrópolis, 1980.
- ORSER, Charles Jr., *A Historical Archaeology of the Modern World*, Plenum Press, New York, 1996.
- RAMOS, Arthur, *As culturas Européias e europeizadas*, Edições C.E.B., Rio de Janeiro, 1975.
- RAMOS, Arthur, *As Culturas Negras no Novo Mundo*, Ed. Cia Nacional, São Paulo, 1979.
- REIS FILHO, N.G. 1978. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.
- REIS, João José e Gomes, Flávio dos Santos, “Uma História de Liberdade”, in: *Liberdade por um Fio - História dos Quilombos no Brasil*, João José Reis e Flávio das Santos Gomes (orgs), Companhia das Letras, São Paulo, 1996.
- ROWLANDS, Michel, “Black identity and sense of past in Brazilian national culture” in: *Historical Archaeology – Back from the Edge*, Pedro Paulo A Funari, Martin Hall e Siân Jones (orgs), Routledge, Londres, 1999.
- SAITTA, D.J. 1994 Agency, class, and archaeological interpretation, *Journal of Anthropological Archaeology*, 13, pp. 201-227.
- SAITTA, D.J. 1997 Power, labor, and the dynamics of change in Chacoan political economy, *American Antiquity*, 62,1, pp. 7-26.
- WEBER, M. 1921 *Whalrecht und Demokratie in Deutschland*, Gesammelte politische Schriften. Munique, Dreimasken.